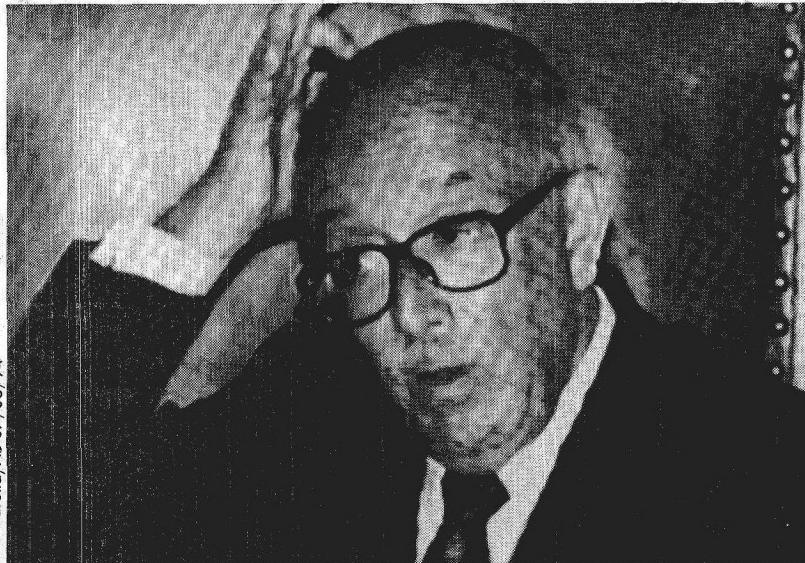


Salário: Lucena reclama com

longevo Nacional
ATRASO DO PAGAMENTO IRRITA PARLAMENTARES, CRIANDO NOVO CONFLITO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

O Congresso e a equipe econômica do governo vivem um novo conflito, devido ao atraso do pagamento do salário dos parlamentares, que só estará disponível a partir do dia 19. Apesar de ter sido informado sobre o problema pela Secretaria de Orçamento e Finanças

José Varella /AE-07/03/94



Senador Humberto Lucena, presidente do Congresso.

(SOF), o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), telefonou para o ministro do Planejamento, José Serra, cobrando explicações.

No telefonema, Lucena afirmou que os deputados e senadores estão sendo obrigados a recorrer ao cheque especial do Banco do Brasil para custear suas despesas. Disse também estar preocupado com o risco de os funcionários públicos não receberem seus vencimentos em dia na próxima semana. Serra repetiu a explicação téc-

nica: não pode haver liberação de dinheiro antes do dia 19, quando entra em vigor a lei orçamentária de 1995.

De acordo com a legislação, o Executivo pode sancionar um projeto de lei no prazo de até 15 dias úteis, contados a partir de sua aprovação no Congresso. O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu usar todo o prazo para dar tempo ao Ministério do Planejamento de arbitrar os cortes desejados pelo governo. Por meio de vetos, despesas no valor de cerca de R\$ 3 bilhões se-

rão retiradas do Orçamento da União.

Desde quarta-feira, quando foram ao banco e não encontraram o depósito dos salários, deputados e senadores reclamam sem parar do novo governo. Os senadores mais exaltados interpretam o episódio como uma "retalia-

ção" da área econômica ao atraso da aprovação no Senado da indicação de Pérsio Arida para o Banco Central. As críticas de Arida ao ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP), anteontem, reforçaram o clima de disputa. Ontem, até parlamentares comedidos como o deputado Prisco Viana (PPR-BA) usaram a tribuna contra o governo. "É inaceitável que o Ministério do Planejamento tenha deixado de honrar um repasse constitucional", afirmou.

Mara Bergamaschi/AE

Sábado, 14-1-95

Serra.